



UNIVERSIDADE  
E D U A R D O  
M O N D L A N E

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

**Dinâmicas de governação local no Distrito Municipal KaMubukwana:  
secretários dos bairros e autoridades tradicionais**

Autora: Olívia Arão Manjate

Orientador: Danúbio Lihaha

Maputo, Novembro de 2015

**Dinâmicas de governação local no Distrito Municipal KaMubukwana:**

**Secretários dos bairros e autoridades tradicionais**

Trabalho para obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia pelo Departamento de  
Arqueologia e Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autora: Olívia Arão Manjate

Orientador: Danúbio Lihaha

Maputo, Novembro de 2015

**Dinâmicas de governação local no Distrito Municipal KaMubukwana:**

**Secretários dos bairros e autoridades tradicionais**

Trabalho para obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia pelo Departamento de  
Arqueologia e Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane

O supervisor

O Presidente

O Oponente

---

## **Declaração de originalidade**

Declaro que este relatório de pesquisa é original. Que o mesmo é fruto da minha investigação estando indicadas ao longo do trabalho e nas referências as fontes de informação por mim utilizadas para a sua elaboração. Declaro ainda que o presente trabalho nunca foi apresentado anteriormente na íntegra ou parcialmente para a obtenção de qualquer grau acadêmico.

---

(Olívia Arão Manjate)

## **Dedicatória**

À memória do meu falecido pai, *Arão Fanuel Manjate*.

## **Agradecimentos**

Chegado ao final de mais um processo de formação, quero encaminhar o meu agradecimento ao meu supervisor Dr. Danúbio Lihaha por me ter orientado durante a elaboração do meu trabalho, pois sem o mesmo não teria sido possível chegar a fase actual.

Quero ainda agradecer, a Dr. Alexandre Mate e a dona Claudina (secretária do departamento de Arqueologia e Antropologia da UEM) respectivamente, pelo apoio moral dado durante a dissertação do trabalho do final de curso.

Os meus agradecimentos são extensivos a minha mãe Fernanda Almeida Maposse, e aos meus irmãos Cândida, Clara, Gabriel, Paulina, Cristina e Almeida, pelo facto de terem tido paciência e compreensão durante os quatro anos da minha formação, assim como por terem disponibilizado incondicionalmente apoio material e moral.

Ao meu colega da turma de Antropologia 2008, Arlindo Wate por ter lido e criticado o meu humilde trabalho, e aos meus colegas de grupo, Berta Membawaze, Paulo Nhatumbo, Sónia Lissane, Graciete Souto, e Felizarda Muacorica pelos diferentes e bons momentos de mútua ajuda que passamos.

A todos os docentes e funcionários do Departamento de Arqueologia e Antropologia da UEM, com especial atenção aos professores do curso de graduação em Antropologia pelas aulas concedidas, bem como de toda inestimável ajuda concedida durante o curso.

Ainda o meu profundo agradecimento é dedicado para todos aqueles que embora não tenham sido aqui mencionados, directa ou indirectamente o seu esforço foi muito importante para a minha formação.

## **Resumo**

O presente trabalho procura compreender a representação das estruturas do poder tradicional no espaço regulado pelos órgãos do poder legal autárquico, democraticamente eleitos e legitimados pelos munícipes.

Para a materialização do presente trabalho, foi realizado uma recolha de dados no Distrito Municipal KaMubukwana com base na observação directa e em entrevistas semi-estruturadas.

Os dados obtidos revelam que, no contexto urbano como o do Distrito Municipal KaMubukwana, as autoridades tradicionais representam-se por intermédio de dois grupos, nomeadamente, os oficializados e os não oficializados.

Estes dois grupos de régulos como forma de se tornarem presentes e fazerem-se sentir recorrem a um sistema de interacção social, caracterizado por uma implementação conjunta das actividades sociais com os secretários dos bairros. Dentro deste processo desempenham o papel de activistas e agentes de sensibilização nas campanhas exercidas por algumas instituições do Estado.

Os dados, ainda, permitiram concluir que houve mudanças sociais no processo de colocação e de actuação dos dois grupos de régulos, porque o seu processo de colocação é efectuado pelos secretários dos bairros, onde estes procuram os possíveis candidatos elegíveis para desempenharem a tarefa de autoridade tradicional, e as reactivam quando necessário para as actividades já referenciadas.

Os dados revelam que para além de desenvolverem actividades com os secretários dos bairros, as autoridades tradicionais ganham maior notoriedade quando realizam diversas cerimónias do *kupalha*, nas quais demonstram que as mesmas continuam a possuir um poder sobre a população e as elites políticas, relativamente a assuntos tradicionais ao nível local.

**Palavra-chave:** *Autoridades tradicionais, Contextos Urbanos, e Representações sociais.*

## Índice

Declaração de originalidade.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
I. CAPÍTULO.....	1
1. Introdução.....	1
1.1. Justificativa e pertinência do estudo.....	4
II. CAPÍTULO.....	6
2. Revisão da Literatura.....	6
III. CAPÍTULO.....	12
3. Enquadramento Teórico e Conceptual.....	12
3.1. Conceptualização.....	12
IV. CAPÍTULO.....	15
4. Procedimento Metodológico.....	15
4.1. Métodos e técnicas de recolha de dados.....	15
V. CAPÍTULO.....	17
5. Apresentação e discussão dos dados.....	17
5.1. O Distrito Municipal KaMubukwana.....	17
5.2. Actores e responsabilidades na governação do dia-a-dia.....	18
5.3. O processo de interacção entre as autoridades tradicionais e secretários dos bairros....	25

VI.	CAPÍTULO.....	30
6.	Considerações finais .....	30
VII.	CAPÍTULO.....	31
7.	Referências bibliográficas.....	31

# I. CAPÍTULO

## 1. Introdução

O presente trabalho têm como tema *Dinâmicas do Poder local no Distrito Municipal KaMubukwana, Secretários dos Bairros e Autoridades tradicionais*. Ecircunscreve-se na análise do poder tradicional no Distrito Municipal KaMubukwana.

A preocupação pelo presente tema surge após ter verificado de forma recorrente as reclamações de um secretário e de uma permanente do bairro, do Distrito Municipal de Nlhamankulu em torno da presença de um régulo numa das secretarias do bairro nos 3 últimos anos de 2013 a 2015. Associado a este facto encontram-se as reivindicações feitas em torno do lugar e papel social dos régulos no início do ano 2015 pelo presidente da RENAMO durante o seu percurso as províncias do centro e norte do país em revindicação da criação das regiões autónomas nas zonas em que saiu vitorioso nas eleições presidenciais de 2014.

Deste modo, procurando compreender a temática das autoridades tradicionais, foi possível verificar que, vários são os autores que retratam aspectos relacionados com o papel e lugar social das autoridades tradicionais em zonas essencialmente não urbanizadas. Por exemplo considera-se que o surgimento das autoridades tradicionais “insere-se no período da formação das primeiras unidades políticas do país”(Dava et al 2003: 6).

Nesta época as autoridades tradicionais apresentavam o seu poder ligado aos antepassados, e jogavam um papel fundamental na vida da comunidade, como elo de ligação entre os vivos e os mortos. Estes chegavam ao trono obedecendo a uma série de preceitos, como a primazia de ocupação das terras, a conquista, a sucessão e o carisma, aspecto que lhes conferia certos poderes sobre a terra, património da comunidade, mas propriedade dos antepassados (ibid: 7).

Na mesma linha de pensamento Cuehela (1996: 10-11), apresentando os seus estudos de carácter informativos, afirma que em Moçambique é possível encontrar vários chefes tradicionais, uns mais poderosos do que os outros, detentores de um poder sagrado, que tornam-se chefes legítimos porque simbolicamente estabelecem uma relação permanente entre os vivos e os mortos. Estes são considerados uma espécie de instituição sociopolítica tradicional africana mais notória nas zonas rurais, e apresentam uma legitimidade determinada por dois factores importantes, o direito e a aceitação que lhe é dada pela comunidade e somente pela comunidade.

Autores como (Dava et al 2003; Cuehela 1996), apresentam uma figura de autoridade tradicional direccionada apenas para um tipo característico de comunidade local, estática que se rege por regras fixas ligadas ao poder sobrenatural, que não permite compreender o novo modelo das autoridades tradicionais que surgem nos últimos anos.

Um outro grupo de autores encara as autoridades tradicionais como instrumentos intermediários, durante o período da colonização Portuguesa e no período pós-colonial. Neste grupo destaca-se (Isaacman 1985; Florêncio2005).

Isaacman (1985) declara que, durante o período colonial o governo português no âmbito do incremento da produção e cultivo de algodão em Moçambique, para controlar e gerir a população, destituiu os antigos régulos, os quais eram chefes e representantes das comunidades locais e renomeou outros, que eram mais submissos aos intentos do governo português, assumiam a função de chefes, distribuíam sementes, exerciam o controlo e a patrulha periódica dos campos. Estes apresentavam-se uniformizados, com direito a um salário anual como funcionários governamentais e beneficiavam-se também de privilégios e presentes da administração colonial para estimulá-los.

As autoridades tradicionais passaram a servir os governos dos países independentes e tornaram-se figuras muito importantes, na medida em que foram ocupando gradualmente os lugares sociais que os Estados independentes e os actores estatais deixavam vazios, sobretudo nas zonas rurais, e pelo facto de terem sido captadas pelas elites políticas no processo de governação, no sentido de reporem e/ou restaurarem a legitimidade e controlo político perdido nas zonas rurais (Florêncio 2008: 370).

A segunda linha de abordagem defendida por autores como (Isaacman 1985; Florêncio 2008), apresentam uma figura de autoridade tradicional transformada em contacto com outras formas de poder e interesse, direccionam-se essencialmente para a sua manifestação em zonas rurais, mas não nos permitem compreender quais são os mecanismos adoptados para o seu funcionamento em zonas urbanas reguladas pelos órgãos do poder legal autárquico.

Portanto, pode-se constatar que, quer seja no período pré - colonial, quer seja no período colonial, quer seja no pós – colonial, várias são as abordagens que centralizam o lugar e papel das autoridades tradicionais em zonas rurais. Os autores procuram, de certo modo, tratar das autoridades tradicionais como principais elementos de coesão de uma comunidade, e elos de ligação nas comunidades rurais onde as elites detentora de poder tenham perdido a sua

legitimidade, visto que os mesmos autores ao se debruçarem sobre o tema em causa enquadraram-no numa relação tridimensional, Estado - governação - zonas rurais, deixando de lado a sua manifestação em zonas urbanas.

Todavia com a introdução do decreto 15/2000 de 20 de Junho, as autoridades tradicionais, ganharam maior notabilidade, porque foram transformadas em autoridades comunitárias, que são pessoas que exercem uma certa forma de autoridade sobre determinada comunidade ou grupo social, tais como, chefes tradicionais, secretários dos bairros ou de aldeias e outros líderes legitimados pelas respectivas comunidades ou grupo social (Dava et al 2003: 21).

Estas novas autoridades comunitárias passavam no âmbito do decreto 15/2000 de 20 de Junho a actuar directamente no campo administrativo porque segundo os artigos “2” e “3” do referido decreto determinava-se:

“ No desempenho das suas funções administrativas, os órgãos locais do Estado deverão articular com as autoridades comunitárias, auscultando opiniões sobre a melhor maneira de mobilizar e organizar a participação das comunidades locais, na concepção e implementação de programas e planos económicos, sociais e culturais, em prol do desenvolvimento local, mas observando estritamente a constituição da república” (República de Moçambique 2000: 24).

A referida articulação entre as autoridades comunitárias e os órgãos locais do Estado determinada pelo decreto acima mencionado, apontava para os sectores em que se realizam actividades que concorram para,

“ Consolidação da unidade nacional, produção de bens materiais e de serviços com vista à satisfação das necessidades básicas de vida e desenvolvimento local tais como, paz, justiça e harmonia social, recenseamento e registo da população, educação cívica e elevação do espírito patriótico, uso e aproveitamento de terra, emprego, segurança alimentar, habitação própria, saúde pública, educação e cultura, meio ambiente e abertura e manutenção de vias de acesso” (República de Moçambique 2000: 24).

O decreto 15/2000 de 20 de Junho demonstra que em termos teóricos houve alguma alteração em relação aos actores sociais denominados autoridades tradicionais, pois torna mais abrangente a outros grupos da sociedade e conjuga dentro de si dois órgãos de autoridade diferentes, com formas de actuação e legitimidade diferentes, o moderno (secretários dos bairros) e o tradicional (régulos). Demonstra ainda que houve uma redução do papel das autoridades tradicionais na comunidade, pois passaram a ser consideradas estruturas com

direito a emissão de opiniões relacionadas as actividades realizadas pelos órgãos locais do Estado, mas não apresenta na prática os mecanismos adoptados para o funcionamento de dois órgãos de poder, autoridade e legitimidades diferentes no mesmo espaço.

Tendo em conta que o próprio dispositivo que cria condições para o retorno das autoridades tradicionais na área de governação não é exaustivamente explícito no sentido prático da sua actuação, assim como pelo facto de não se ter encontrado trabalhos que se cingem em torno das representações das autoridades tradicionais e da sua reflexão em espaços urbanos, a preocupação do presente trabalho resume-se no facto de procurar responder a seguinte questão: como é que se representam os órgãos do poder tradicional em espaços urbanos regulados pelos órgãos do poder legal autárquico?

Especificamente procurou-se identificar as autoridades tradicionais, descrever o processo de colocação das autoridades tradicionais (régulos) no distrito KaMubukwana, caracterizar a interacção entre as autoridades tradicionais e os secretários dos bairros do Distrito KaMubukwana e compreender como é que se manifestam os órgãos poder tradicional no Distrito KaMubukwana.

Este trabalho encontra-se estruturado em sete partes. Depois desta introdução segue-se a revisão da literatura, onde apresentamos as diversas perspectivas e o estado de arte da temática das autoridades tradicionais. A terceira parte apresenta o enquadramento teórico e conceptual. Na quarta parte são apresentados os procedimentos metodológicos, na quinta os dados recolhidos no campo e a sua análise, na sexta são apresentadas as considerações finais, e na sétima estão listadas todas as referências bibliográficas usadas ao longo do trabalho.

### **1.1. Justificativa e pertinência do estudo**

O interesse pela temática das autoridades tradicionais revela-se pelo facto de em Moçambique serem vários os estudos sobre o papel e função das autoridades tradicionais. Esses estudos são unânimes em relação a importância das autoridades tradicionais para as comunidades rurais. Embora as abordagens tomadas por (Harrisson 1998; Dava et al 2003; Gonçalves 2005; Kyed e Bur 2006) citados por Meneses (2009), tenham revelado diversas percepções e privilegiado como espaço de análise contextos rurais para o estudo das autoridades tradicionais, não fazem menção do seu papel e função dentro de contextos urbanos regidos

por um poder democraticamente eleito e legitimado pelos munícipes como o Distrito KaMubukwana.

Assim sendo, a reflexão desta temática poderá permitir compreender até que ponto é essencial a presença dos órgãos do poder tradicional em espaços urbanos sob ponto de vista da descentralização administrativa empreendida pelo Estado Moçambicano.

A importância deste estudo sob ponto de vista social, mostra como é que actua o poder das autoridades tradicionais em contextos urbanos, e que importância possui dentro dos mesmos espaços, na medida em que estas formas de autoridades eram na década setenta essencialmente exercidas nas zonas rurais e são actualmente sob ponto de vista de descentralização do poder administrativo exercidas em contextos urbanos.

Do ponto de vista antropológico ganha relevância na medida em que o estudo toca aspectos relacionados com o poder e governação, que sempre despertaram interesse a antropologia quanto às práticas de constituição do Estado, sistemas de governação e símbolos pelos quais se baseiam. O estudo traz na sua essência novos aspectos relacionados com a dinâmica de governação das autoridades tradicionais e secretários dos bairros a nível local, porque revela as lógicas encontradas para actuação de dois órgãos de poder diferentes na mesma área.

## II. CAPÍTULO

### 2. Revisão da Literatura

Este capítulo sistematiza primeiro as diversas posições em torno da temática das autoridades tradicionais. Os estudos realizados sobre autoridade e poder tradicional em Moçambique ganharam maior notabilidade por volta de 1992 e 1993, quando um grupo de investigadores do Ministério da Administração Estatal financiados pela Fundação Ford efectuou diversos trabalhos em torno da sociedade tradicional. Estes constataram que as autoridades tradicionais constituem uma instituição sociocultural. Nesta abordagem destaca-se Lundin (1995), a qual advoga que as autoridades tradicionais apresentam virtualidades socioculturais, representam as populações numa realidade constituída por valores, normas e comportamentos diversificados, que integram formas institucionais de estar das comunidades locais, como também são instituições geradas pela própria população.

Para Lundin (1995: 12-13), as estruturas tradicionais continuam vivas do ponto de vista simbólico, participativo, consultivo e decisivo no seio das comunidades locais. As autoridades tradicionais são estruturas que apresentam-se sob diferentes modelos, umas que obedecem a estrutura linhageira, em que se percebe a presença de um “chefe de terra” simbolizando a ligação entre os seres vivos e os mortos, e outras estruturadas por meio de tratados políticos baseados muitas das vezes por meio da força, ou através da dominação armada.

Para a autora, todo o exercício do poder das estruturas tradicionais estava descentralizado em linhagens com diferentes tipos de ligações com a linhagem dominante. Estas ligações eram estabelecidas, ou através do casamento, ou através da conquista, ou ainda através da escolha pessoal, onde grupos escolhiam estar junto de alguém justo, poderoso e/ou forte, e democrático pelo facto das escolhas serem feitas dentro de um colégio eleitoral (ibid: 25-27).

Nesta abordagem Lundin (1995) toma as autoridades tradicionais como veículo de expressão da cultura local, e como principais elementos de manutenção, coesão e ordem social. No entanto peca ao atribuí-las um carácter democrático e descentralizado, pois de acordo com Florêncio (2005: 64), a definição de democracia apresentada é bastante restrita, têm pouco de democrática e encontra-se ligado a constituição de um colégio eleitoral escrito pelos membros mais velhos da comunidade.

Na realidade é fácil de constatar a falta da democracia no exercício do poder político nesta instituição, pois denominar os conselhos de anciãos de conselhos eleitorais é distorcer amplamente a realidade, assim como entender que os processos sucessórios são eleições entre vários candidatos ao trono, no mínimo é abusivo, parece não se importar com o facto de grande parte da população não fazer parte da família reinante nem do conselho de anciãos, e não participar directamente neste processo de sucessão (Florêncio 2005: 64-65).

Com a penetração estrangeira e a introdução do sistema colonial no território moçambicano, o Estado Português introduziu de acordo com Meneses (2009: 20-22), o sistema de administração indirecta, onde as autoridades tradicionais foram as figuras centrais para a sua implementação. Elas foram transformadas em funcionários administrativos na medida em que passaram a ser parte integrante da administração portuguesa, no sentido em que cobravam o imposto aos indígenas, asseguravam o recrutamento da força do trabalho, resolviam os conflitos e problemas que afectavam a população que tutelavam, funcionando como um factor de coesão e de (re) construção identitária.

Meneses (2009), trata as autoridades tradicionais como colaboradores remunerados de um determinado regime e contexto histórico. Demonstra especificamente a forma como foi empreendida a instrumentalização das autoridades tradicionais, e o modo como as comunidades rurais foram submetidas a uma dominação coerciva, repressiva e violenta, mas não especifica com exactidão os critérios seguidos para considerar como autoridades tradicionais, pessoas que já se encontravam dissociadas dos seus mecanismos de legitimação, deixando assim, transparecer que é necessário que haja cautela ao falar das autoridades tradicionais, pois acredita-se que todos aqueles que falam de autoridades tradicionais no período colonial, pecam ao atribuí-las essa categoria, na medida em que o processo de legitimação obedece a outras lógicas muito diferente dos contextos tradicionais.

As autoridades tradicionais são referenciadas como estruturas destituídas do seu real poder e renomeadas para seguirem e obedecerem outras regras que iam de acordo com a legislação portuguesa. Crê-se que neste processo de renomeação perde-se o elemento tradicional que as legitima como autoridades, uma vez que ao se falar de tradição ou do tradicional, existe nelas o carácter ritual ou simbólica, que visa inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado, pois de acordo com Mondlane (1995), o chefe tradicional já não era mais o dirigente

da sua comunidade, mas o representante na comunidade da autoridade colonial, estabelecida forma hierárquica.

Souto (1996) reforça afirmando que, os antigos laços políticos entre às várias comunidades africanas foram rompidas e substituídas pelo poder português. Sofreram a destruição ou limitação do seu poder por parte das autoridades coloniais, assim como, foram submetidas a restrição dos seus privilégios, sempre que isso fosse conveniente às estruturas das administrações coloniais, como no caso em que permitiam o uso dos costumes e das tradições desde momento que estes estivessem sujeitos as disposições legais em vigor e que não fossem contra a moral e a ética do colonizador.

Ao longo do tempo, e com as transformações verificadas no campo político, Moçambique sob direcção da FRELIMO, liberta-se da dominação colonial portuguesa. Dentro deste contexto as autoridades tradicionais estiveram sujeitas a duas forças políticas distintas, a RENAMO e a FRELIMO. Esta última adoptou um novo modelo de governação e desenvolvimento territorial com base na ideologia socialista. Com esta perspectiva de governação procurou criar nas zonas rurais as aldeias comunais como uma estratégia de construção do aparelho do Estado no campo, e como forma da recusa de reconhecimento da legitimidade da autoridade dos notáveis locais linhagísticos e das chefaturas, o que fez com que estes chefes procurassem afastar-se e colocar-se fora do controlo do Estado aliando-se a RENAMO (Geffray1991:17).

A RENAMO por sua vez, evitou interferir na resolução dos problemas sociais que surgiam dentro das chefaturas aliadas, assim como, nos divórcios, roubos, disputas territoriais, assassínios passionais, histórias de incesto, de envenenamento, de feitiçaria, deixando na estrita e única competência dos chefes tradicionais, fazendo com que estes vissem o seu poder de gestão e de arbitragem da vida social reconhecido e respeitado, desde que não afectassem a estabilidade política ou militar da zona dissidente (ibid:40).

A RENAMO transformou as autoridades tradicionais em mambos, os quais eram encarregados pela mobilização, deslocação e enquadramento dos membros da sua chefatura para formarem novos acampamentos de povoamento que serviam de postos avançados, com responsabilidade de garantir a subsistência do exército e de fornecer informações sobre qualquer movimento suspeito da FRELIMO a volta da base (Geffray1991: 42- 47).

Todavia, ainda no decorrer deste período, a FRELIMO adoptou a política generalizada de se rechaçar a autoridade africana tradicionalmente constituída, que havia sido usado pelos

colonialistas portugueses para forçar no país uma legitimidade de presença como autoridade governamental, mas esta política não foi uniforme (Lundin 1998: 84).

Na mesma linha Medeiros afirma que com a libertação de Moçambique e a tomada de poder no campo político pelo partido FRELIMO, “ a estrutura dos regulados foi abolida, os régulos, cabos e capitães foram marginalizados e suas funções prescritas” (Medeiros 1984: 9).

Porém com a crescente estagnação económica verificada na década 80, a FRELIMO foi tentando recuperar muito mais elementos do passado colonial, por forma a reorganizar a situação produtiva do país. Reconheceu um activismo crescente da parte das autoridades tradicionais e aceitou-se o envolvimento dos secretários dos grupos dinamizadores em cerimónias tradicionais. O respeito e tolerância mútua foram crescendo (Meneses 2003: 356).

Por conseguinte, com a chegada do sistema multipartidário criou-se condições para o retorno legal das autoridades tradicionais. Elas tornaram-se importantes parceiros e agentes do progresso da governação local, através da sua inclusão e participação nos programas de desenvolvimento comunitário, na medida em que o governo reconhecia que nas comunidades rurais o sucesso destes programas não poderiam ter lugar, sem que estivessem devidamente estruturados. Assim sendo, criou-se o decreto 15/2000 de 20 de Junho que veio alterar o nome das autoridades tradicionais para autoridades comunitárias, chamadas a intervir com o seu saber e competência na gestão dos assuntos comunitários, criados pelo clima de paz (Dava et al 2003).

Esta importância social das autoridades tradicionais reflectida na argumentação de Dava et al (2003), nem sempre se apresentava nos mesmos moldes em todo território moçambicano, pois de acordo com Gonçalves (2005), não se pode considerar estas estruturas como categorias uniformes em todo país, por mais que tenham sido institucionalizadas a categoria de régulos no final do período colonial, foram menos influente sem nenhuma legitimidade entre os grandes chefes. Em algumas áreas como Mocumbi, esta categoria é atribuída a uma outra classe que possui mais poder, influência e legitimidade em relação aos régulos, os chamados mais velhos da família influente.

Este novo reconhecimento das autoridades tradicionais por meio do decreto acima referenciado, revela na realidade determinados problemas que são constatados por Gonçalves (2005), ao afirmar que o mesmo apresenta muitas semelhanças com a ideologia colonial, pois os líderes comunitários são esperados a colaborar com a manutenção da paz e harmonia

social, organizar as comunidades locais, construir e manter infra-estruturas sociais como estradas, escolas e casas para professores e enfermeiros, empenharem-se no desenvolvimento de medidas preventivas contra casamento precoce, mobilizar a população para um recenseamento anual e pagar impostos. O decreto não faz divisão clara entre autoridades comunitárias e os funcionários governamentais socialistas recém-criados de nível local e não aborda a questão clássica de definição de comunidade fazendo com que a identificação e o reconhecimento das autoridades tradicionais fossem problemáticos em todo país.

Todavia é dentro da década noventa do século XX, que surgem novas abordagens em relação a temática das autoridades tradicionais. Assim sendo, (Forquilha 2009; Lourenço 2007) procuram tratar das autoridades tradicionais dentro do processo da descentralização administrativa empreendida pelo governo moçambicano pelo facto de considerarem a existência de uma tentativa de reaproximação do governo as comunidades locais por intermédio das autoridades tradicionais.

Forquilha (2009: 9) chama atenção de que, a temática da autoridade tradicional deve ser bem entendida dentro do contexto da descentralização administrativa. Neste contexto elas constituem uma espécie de recurso político que podem ser reactivadas dentro de um determinado tempo e espaço específico, na medida em que são apropriadas pelos principais partidos políticos moçambicanos (FRELIMO e RENAMO) para cumprirem determinadas orientações partidárias.

Esta nova forma de actuação das autoridades tradicionais é de acordo com Piattoni citado por Forquilha (2009), caracterizada pela construção de alianças com os partidos políticos, as quais remetem para o processo de clientelismo político, concebido como forma de manutenção e aumento do poder político por parte dos patrões (partidos políticos) e para a promoção e protecção dos seus interesses por parte dos clientes (autoridades tradicionais).

Forquilha (2009), salienta ainda que, este modelo de actuação fez com que as autoridades tradicionais, passassem a ficar mais preocupadas e interessadas com a conquista do espaço político local que constituía na maioria das vezes um veículo importante no acesso a benefícios em termos políticos, económicos e sociais por parte dos chefes tradicionais, e de apoio político local por parte dos partidos políticos, particularmente a FRELIMO e a RENAMO.

Este enquadramento das autoridades tradicionais num modelo patrão-cliente foi contestado por Florêncio na medida que, “ a aplicação directa deste modelo à compreensão do lugar social das autoridades tradicionais parece insuficiente uma vez que estas possuem uma legitimidade e uma posição social mais complexa” (Florêncio 2005: 53).

Florêncio (2005: 53-54) afirma ainda que, embora as relações entre as autoridades tradicionais e a população subordinada possam se enquadrar no modelo referenciado por se tratar de relações de desigualdade social, oferecerem protecção e mediação, poderem ser utilizadas na acção política local, permitirem o acesso a recursos materiais e simbólicos, existem determinados factores que não tornam possível a utilização deste modelo. Por exemplo, essa relação possui uma base institucional formal e uma natureza sagrada, fazem parte de um modelo de reprodução social que antecede os indivíduos em causa e perdura mesmo após a cessação do inter-relacionamento individual, como também pelo facto do modelo de reprodução social das autoridades tradicionais ser parte integrante e mais autónoma em relação à sociedade nacional do que o modelo patrono-cliente.

Ainda sob âmbito de descentralização administrativa Lourenço (2007: 203-204), advoga que as autoridades tradicionais foram reconsideradas sob ponto de vista político porque acreditava-se na época que seriam muito importante na orientação de voto das populações locais no processo de eleições presidenciais de 1999, constituíam o melhor veículo da reposição da legitimidade popular da FRELIMO através da redução de focos de descontentamento nas zonas em que os régulos possuíam um maior prestígio social nas comunidades locais. Neste sentido os régulos eram vistos como instrumentos imprescindíveis de mobilização eleitoral.

Foram apresentadas três abordagens em torno da temática das autoridades tradicionais, e pôde-se constatar que as autoridades tradicionais têm sofrido transformações e assumindo várias abordagens de acordo com o contexto em que se encontram.

### **III. CAPÍTULO**

#### **3. Enquadramento Teórico e Conceptual**

Na realização do presente trabalho seguiu-se basicamente a perspectiva do interaccionismo simbólico. Recorreu-se a esta teoria porque de acordo com Maia (2002) a corrente privilegia à observação do terreno, recolha de dados qualitativos, descrição do desenrolar das interacções sociais na medida em que considera-se que é nas situações de interacção que o sentido é construído pelos participantes, e as significações elaboradas pelos actores no decorrer das interacções sociais.

A teoria possibilita ainda a compreensão do modo como os indivíduos interpretam os objectos e as outras pessoas com as quais interagem e como tal processo de interpretação conduz o comportamento individual em situações específicas. (Carvalho et al 2010: 148).

Neste trabalho a perspectiva do interaccionismo simbólico permitiu verificar que, o modo como as autoridades tradicionais assumem as suas actividades, permite-lhes ligarem-se e estarem em coordenação com os secretários dos bairros, facilitando a sua presença como autoridades na comunidade.

#### **3.1. Conceptualização**

Nesta fase do trabalho serão apresentados os conceitos de poder e autoridade tradicional, como elementos principais para a compreensão do presente estudo. O conceito de autoridades tradicionais em Moçambique alberga várias abordagens, mas neste trabalho tomar-se-á em conta as perspectivas desenvolvidas por Cabral et al (2002) e Cuehela (1996).

A autoridade tradicional assenta na crença das virtudes e da força das tradições percebidas como imemoriais, que conhecem sempre relações de hierarquia entre chefes e os demais membros da comunidade, os quais na sua qualidade de servidores e súbditos, demonstram uma lealdade para com o chefe (Cabral et al 2002: 34).

Para Cuehela (1996), a autoridade tradicional constitui uma instituição sociopolítica tradicional africana que inclui um grupo importante de chefes tradicionais, curandeiros, adivinhos, ervanários, oficiantes de rituais e transmissores de cultura. Porém devido a

suacolaboração com a administração colonial foi perdendo o seu prestígio dentro da comunidade e passaram a chamar-se de régulos.

O conceito de autoridade tradicional apresenta um duplo sentido, pelo facto de terem sido por um lado, criados pelo regime colonial, e conduzidos ao cargo por simples interesses coloniais sem que tivessem direito nem legitimidade para tal cargo, mas legitimados pela própria comunidade porque pertenciam a comunidade e provinham da linhagem real, tornando assim o seu poder legítimo. Pelo outro, porque foram legitimados pelas próprias comunidades, pertenciam a comunidade local, provinham da linhagem real, possuíam a sua legitimidade proveniente da própria comunidade e dos seus ancestrais linhageiros, com capacidade de estabelecer por simbologia a ligação entre os vivos e os mortos (Cuehela 1996: 31).

Apesar de Cuehela (1996), trazer uma leitura de autoridades tradicionais sob dois polos, apresenta dentro desta perspectiva aspectos comuns com Cabral et al (2002), pois referem autoridades tradicionais, aos indivíduos que possuem o seu poder ligado aos antepassados, que jogam um papel fundamental na vida da comunidade como elo de ligação entre os vivos e os mortos, com a capacidade de impor e influir sobre outras pessoas, baseada fundamentalmente na legitimidade comunitária. Deste modo no presente trabalho será concebida esta dimensão comum de autoridades tradicionais apresentada por (Cuehela 1996; Cabral et al 2002). A mesma vai de encontro ao grupo de autoridades tradicionais existentes no Distrito KaMubukwana.

Segundo Fischer, o poder é o exercício de uma força que se impõe aos outros em termos de dependência e coacção. O poder consiste na capacidade de um indivíduo orientar a acção do outrem. Assim podem se encontrar duas formas de poder, o poder individualizado que é exercido por alguém que o considera um bem seu, que pode usar ou abusar dele sem ele próprio se submeter a sanções, e poder institucionalizado aquele que apenas se pode exercer em referência a regras que servem de quadro e de regulador da sua expressão (Fischer 1997:89).

Fisher analisa o poder como uma força individual, que possui a capacidade de alterar o rumo de acontecimentos independente da vontade e aceitação de quem é submetido a tal processo de submissão.

Abrahamsson e Nilsson (1995: 38), quando falam sobre o poder colocam ênfase no aspecto da fonte autoritária da legitimidade, aquela que normalmente não se questiona a justificação

do poder, que é associada ao comando divino, lei natural, doutrinas científicas, e no conteúdo justificativo da legitimidade, que define se deve haver uma diferenciação entre os poderosos e subordinados. Um exemplo nítido são as justificações alegadas pela existência do sistema de apartheid ao longo dos anos.

Balandier (1987: 45) falando do poder político, afirma que o poder seja quais forem as formas que condicionam a sua utilização, é reconhecido em todas as sociedades humanas, mesmo nas rudimentares, na medida em que são sobretudo os seus efeitos que o revelam. Está sempre ao serviço de uma estrutura social que não se pode manter exclusivamente pela intervenção do costume ou da lei, por uma espécie de conformidade automática às regras.

O poder é sacralizado porque toda a sociedade afirma a sua vontade de eternidade e receia o retorno ao caos como realização da sua própria morte. O poder está muitas vezes ligado a uma força que elas apresentam como a sua própria substância, ou como a sua condição enquanto força de subordinação ou como prova da sua legitimidade. Reconhecem a esta força a capacidade de actuar sobre os homens e sobre as coisas de uma maneira fastosa ou nefasta, consoante o uso a que se encontra submetido (ibid: 107).

Deste modo para Balandier (1987) o poder é sagrado pelo facto de ser legitimado pela relação que se mantém com os antepassados, como também pelas normas que regem esse poder terem sido estatuídas pelos ancestrais. O autor apresenta uma definição do poder associado aos aspectos sagrados, que se manifesta através da relação que se mantém com os antepassados. Assim sendo para o presente trabalho interessa a perspectiva do poder apresentada por Balandier (1987), na medida em que expressa a dimensão do poder exercido pelas autoridades tradicionais no distrito KaMubukwana.

## IV. CAPÍTULO

### 4. Procedimento Metodológico

#### 4.1. Métodos e técnicas de recolha de dados

Para a realização do presente trabalho adoptou – se o método qualitativo. É dentro da abordagem qualitativa, que os significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças valores, se expressam pela linguagem comum e na vida quotidiana, assim como, adaptam-se ao estudo de grupos de pessoas, ao estudo do desempenho de uma instituição, configuração de um fenómeno ou processo (Sanches e Minayo 1993: 245).

Foi possível com este método perceber, como é que ocorre o processo de interacção entre as autoridades tradicionais e os secretários dos bairros, tomar conhecimento das categorias existentes entre as autoridades tradicionais e a interpretação que os mesmos fazem dos papéis que exercem.

A elaboração deste trabalho foi precedida de uma pesquisa bibliográfica e documental, de modo a conhecer-se o material e as perspectivas da temática das autoridades tradicionais já publicadas e o seu estado actual. A consulta a literatura existente foi efectuada no Arquivo Histórico de Moçambique, *Internet*, Instituto de investigação sociocultural, biblioteca Brazão Mazula e de Arqueologia e Antropologia da UEM.

De seguida realizou-se trabalho de campo que decorreu durante o período de 4 de Março a 18 de Abril do corrente ano. No decurso deste processo adoptou-se a técnica de pesquisa ligada a observação do campo, que é a observação directa que se completa com a entrevista e a utilização de caderno de notas para o registo de dados (Marconi e Prestto 2006:14).

Deste modo foi possível observar que existe uma separação em termos de ocupação de espaço para a realização de tarefas, na medida em que os régulos e rainhas são pessoas que recebem os munícipes nas suas próprias residências em caso de necessidades, e os secretários dos bairros nas sedes das secretarias dos bairros.

Foi possível observar ainda que, nas casas dos régulos e rainhas não existe nenhum símbolo ou escrita que dá a entender aos munícipes que se trata da casa de uma autoridade tradicional, diferentemente das sedes dos bairros, locais de trabalho dos secretários, que possuem uma escrita ou uma bandeira do país como uma clara identificação de instituição do Estado.

Foram efectuadas entrevistas semi- estruturadas aos régulos, rainhas, secretários dos bairros, e algumas pessoas influentes da comunidade ao nível dos respectivos bairros, pois esta permite que o entrevistador tenha liberdade de desenvolver cada situação em qualquer direcção que considere adequada, e ao entrevistado que manifeste livremente suas opiniões e sentimentos (Marconi e Lakatos 2007: 279).

As entrevistas foram feitas com base na língua Portuguesa e permitiram conhecer a temática das autoridades tradicionais na actualidade a partir dos próprios intervenientes, conhecer o sentimento de cada uma delas em relação ao cargo que exercem e a aprofundar alguns aspectos que não foram premeditados no início da elaboração do presente trabalho.

O caderno de notas foi muito importante para o registo das declarações dos participantes, assim como, tornou-se um recurso para trazer à memória alguns aspectos que se teriam sido esquecidos.

## V. CAPÍTULO

### 5. Apresentação e discussão dos dados

#### 5.1. O Distrito Municipal KaMubukwana

O nome do Distrito Municipal KaMubukwana, surge no âmbito da valorização e resgate da história nacional por residentes locais que, consideravam ser pertinente atribuir nomes dos antigos régulos, dirigentes locais, ou das individualidades que tiveram um papel preponderante no funcionamento e desenvolvimento do Distrito. Assim sendo, o nome foi atribuído em homenagem ao antigo régulo Mubukwana que desempenhava um papel extremamente importante no seu funcionamento e possuía uma vasta extensão de terra sob seu domínio no tempo colonial.

O Distrito encontra-se localizado na Cidade de Maputo e faz fronteira a norte com Distrito de Marracuene, a sul com a baía de Maputo, este Distrito Municipal KaMavota e a oeste com a Cidade da Matola.

O Distrito apresenta uma população de diversas religiões, oriunda de várias partes do país assim como de alguns países estrangeiros, que fala na sua maioria a língua portuguesa, *Xichangae Xichop*. A maior parte da sua população pertence a uma faixa etária jovem, praticante da agricultura, comércio formal e informal, que recorre as estruturas administrativas para a resolução das suas necessidades e dos seus problemas devido as actividades que exercem.

O funcionamento do Distrito Municipal KaMubukwana encontra-se ao nível local na responsabilidade de dois órgãos, tradicionais e administrativos. A parte tradicional é composta por dois régulos e duas rainhas, responsáveis por cerca de um a quatro bairros individualmente.

Estes órgãos tradicionais surgiram a partir do ano 2000, altura da publicação do decreto 15/2000 de 20 de Junho. Estas estruturas caracterizam-se por serem pessoas dos 40 a 65 anos de idade, nível de escolaridade do ensino primário do antigo sistema (4 classe) a ensino secundário geral do 2 ciclo (11/12 classe), que exercem para além desta chefia, outras actividades que lhes permitem obter uma remuneração para a sua subsistência.

A parte administrativa é composta por secretários dos bairros, pessoas que se encontram no intervalo dos 30 a 50 anos de idade, de nível de escolaridade do ensino primário do antigo sistema (4 classe) a ensino superior. Os secretários são ajudados na sua governação pelos chefes dos quarteirões, chefes das dez casas, chefes de habitação, que são responsáveis pela resolução dos problemas sociais do bairro, e se encontram distribuídos pelos catorze bairros (Luís Cabral, Jardim, Inhagoía “A”, Inhagoía “B”, Nsalene, 25 de Junho “A”, 25 de Junho “B”, Bagamoyo, George Dimitrov, Malhazine, Magoanine “A”, Magoanine “B”, Magoanine “C”, Zimpeto).

## **5.2. Actores e responsabilidades na governação do dia-a-dia**

### **5.2.1. Os chefes de poder legal autárquico no Distrito Municipal KaMubukwana**

Os chefes do poder legal autárquico (secretários dos bairros), constituem em termos hierárquicos a figura máxima do bairro. Têm a responsabilidade de zelar pelo pleno funcionamento do bairro e de responder as necessidades apresentadas pelos munícipes. Surgem de um processo de eleições gerais a nível do bairro.

Os secretários dos bairros são pessoas eleitas e devidamente reconhecidas pela comunidade. Trabalham diariamente nas secretarias dos bairros em coordenação com os chefes dos quarteirões, no atendimento diário das pessoas da comunidade. Estes apresentam uma agenda bem definida do seu funcionamento, pois têm a função de participar nas reuniões de coordenação das actividades com o senhor administrador, convocar reuniões mensais com os chefes dos quarteirões para coordenação das actividades ao nível do bairro e para o informe dos distúrbios ocorridos dentro de cada quarteirão. Os secretários também são responsáveis pela emissão de declarações do bairro, cobrança do imposto pessoal autárquico e do saneamento do bairro, como ilustra o nosso informante:

*Aqui no bairro eu trabalho com os chefes dos quarteirões, se algum munícipe quer um documento tem de partir do chefe do quarteirão. Para nós está claro quem faz isto, nós estamos directamente ligados a papéis, a coisas administrativas, o que tem a ver com a tradição, o régulo é que faz, está claro, não há interferência<sup>1</sup>.*

Outro informante explica:

---

<sup>1</sup>Entrevista com secretário do bairro realizada no dia 8 de Março de 2015

*As competências definem-se claramente, no conselho consultivo a hierarquia máxima é o secretário do bairro, depois vem outras coligações. Os próprios régulos quando têm alguma ideia devem expor no conselho consultivo, onde o secretário do bairro é o chefe máximo<sup>2</sup>.*

Estes informantes demonstram que existe uma definição clara de papéis e de áreas de actuação, na medida em que afirmam que os secretários resolvem questões administrativas e os régulos assuntos ligados a tradição.

Um outro aspecto que merece atenção nas actividades dos secretários dos bairros é a resolução de alguns problemas sociais (problemas de dívidas, agressões verbais, desentendimento familiar, conflitos conjugais), e a coordenação de outras actividades realizadas por organizações e associações não-governamentais a nível do bairro, como ilustra os seguintes informantes:

*No ano passado eu tive problemas com as filhas da minha vizinha, como eu sou comerciante, vendo os meus produtos em prestação, dei-lhes, elas pagaram a metade, depois já não queriam acabar de pagar, então fui a casa delas, fiz confusão para acabarem de pagar, essa confusão quase toda gente da zona presenciou, depois de pagarem sempre que eu passava por elas começavam a rir-se de mim, dizendo que eu pareço-me com uma maluca. Como eu já não aguentava com aquelas piadas fui meter queixa na secretaria, o secretário convocou a elas e resolvemos o problema<sup>3</sup>.*

Outro informante afirma:

*Eu quando tenho os meus problemas primeiro vou a secretaria consultar o secretário do bairro, depois ele manda para outros sítios, quando o pai do meu filho não queria sustentar o meu filho, apresentei o caso ao secretário ele orientou-me a ir ao tribunal de menores, eu fui para lá e resolveram o meu problema<sup>4</sup>.*

A figura do secretário revela-se ser de muita importância, ele não é apenas um dirigente administrativo que possui a função de realizar reuniões e passar declarações, cobrar impostos, mas a primeira pessoa a quem a população deposita muita confiança e recorre para a resolução dos seus problemas. Assim sendo, vê-se claramente que o secretário do bairro é

---

<sup>2</sup> Entrevista com o secretário do bairro realizada no dia 18 de Março de 2015

<sup>3</sup> Entrevista com residente local realizada no dia 10 de Março de 2015

<sup>4</sup> Entrevista com residente local realizada no dia 10 de Março de 2015

afigura máxima do bairro, e existe uma conexão entre ele e os munícipes que se encontram na sua área de governação.

Esta forma de actuação dos secretários dos bairros justifica-se pelo facto de, as relações do poder no bairro manterem-se ou alterarem conforme se modificam as necessidades estratégicas dos grupos, configurando-se de acordo com os diferentes tipos de unidades domésticas, trajectórias sociais dos seus membros, origens e posições ocupadas pelos mesmos na comunidade e na sociedade global (Loforte 2000: 20).

A relação dos secretários dos bairros com a população pode ser explicada pelo facto dos secretários dos bairros constituírem o elo de ligação entre a população e o governo municipal, visto que, eles e seus colaboradores organizam as populações localmente para discutirem problemas e propor soluções que depois são canalizados ao conselho municipal. Os secretários são vistos como garante da participação ao nível da governação local, pois qualquer evento que queira ocorrer no município são os primeiros a serem informados para depois mobilizarem a população a participar (Bilério 2007: 13).

### **5.2.2. Os chefes do poder tradicional no Distrito Municipal KaMubukwana**

A introdução das autoridades tradicionais (régulos) a nível do Distrito Municipal KaMubukwana encontra a sua explicação dentro da publicação do decreto 15/2000 de 20 de Junho que as transformou em autoridades comunitárias. No âmbito da implementação deste decreto, as estruturas administrativas existentes ao nível do distrito têm criado condições para a criação de autoridades tradicionais à semelhança daquelas que se encontram plasmadas no decreto referenciado, contudo nem sempre se consegue atingir aquele tipo de estruturas tradicionais como ilustra o seguinte informante:

*Quero clarificar uma coisa, eu sou régulo desde o ano 2002. Entre os régulos há três escalões que o governo determinou, existe o primeiro escalão que é o verdadeiro régulo, segundo escalão que é chefe das terras e é duna do régulo, e terceiro escalão que são pessoas nomeados pelo régulo, que ajudam o régulo nas suas tarefas, agora aqui na cidade todos deram o mesmo escalão, porque não fizeram consultas nos regulados, eles só indicaram as pessoas, por exemplo no Chamanculo antes de morrerem alguns existia seis*

*régulos, mas não se sabia qual era o escalão de cada um, todos diziam que eram régulos, porque eles só procuram as pessoas e indicam, não consultam a tradição*<sup>5</sup>.

Outro afirma:

*Eu sou um desses régulos da revolução, porque sou régulo desde 2004, para eu ser régulo primeiro os secretários dos bairros vieram conversar com a minha família, explicaram a necessidade de se escolher para fechar o lugar do meu avô, depois da minha família aceitar eles levaram o meu nome para a administração, e passado algum tempo vieram avisar-me que iriam fazer a minha apresentação a população como o novo régulo do bairro, nesse dia reuniu-se a população, estiveram presentes os membros do Município, até deram-me bandeira do país, constituição da república, fato, bengala, chapéu, sapatos, e depois fizeram a minha apresentação a população, e assinaram a acta no final, hoje eu não posso dizer que exerço mesmo essa função, porque tenho o meu trabalho, aquele que me dá o meu salário para alimentar a minha família, então é difícil exercer essa função, talvez se eu tivesse um ajudante, como antigamente em que o régulo tinha os seus ajudantes, mas agora aqui na cidade isso não existe, porque também temos o secretário que é o chefe do bairro. No dia da apresentação a população só apresentaram a mim apenas, é difícil trabalhar sem ajuda, por isso não tenho muita coisa a dizer sobre o régulo*<sup>6</sup>.

Estes depoimentos demonstram que os régulos surgiram como consequência da implementação do decreto 15/2000 de 20 de Junho na medida em que os mesmos afirmam terem surgido depois do ano 2000, altura em que foi plasmado o decreto.

Revelam ainda que existe um modelo de referência quando se fala em torno do régulo, porque os informantes deixam transparecer que há algum tempo atrás existia um tipo de régulo relativamente diferente daqueles que existem actualmente no Distrito KaMubukwana. Demonstram que o chefe tradicional era o chefe máximo que apresentava ao seu redor pessoas que podiam ajudá-lo nas suas actividades, diferentemente dos actuais que não apresentam nenhuma distinção de hierarquias nem pessoas que o possam auxiliar na realização de tarefas.

Durante o processo de criação dos régulos dentro deste Distrito Municipal nota-se claramente que não se tomou em conta a hierarquização da estrutura tradicional, apenas interessava ao governo distrital e aos secretários dos bairros a existência de um individuo

---

<sup>5</sup>Entrevista com o régulo do bairro realizada no dia 6 de Março de 2015

<sup>6</sup>Entrevista com o régulo do bairro realizada no 15 de Março de 2015

quepudesse ser intitulado de régulo, sem a presença de outros que o iriam auxiliar nas suas tarefas.

Na realidade o decreto não só permitiu e gerou condições para a criação de régulos sem distinção de categorias e hierarquias, mas também abriu espaço para que o próprio processo de colocação fosse efectuado de acordo a uma metodologia que fosse conveniente a cada bairro, como ilustram alguns secretários dos bairros:

*Aqui existe um régulo, só que está ligado a uma manifestação supersticiosa, porque o antigo régulo havia manifestado em vida que queria ser sucedido pela filha, só que a filha casou com um membro da Renamo, e o marido não aceitou para que ela fosse régulo, então nós procuramos a família, conversamos com a família, e arranjou-se alguém dentro desta família, mas ele não tem tido bom comportamento porque a tradição não lhe aponta como o preferido sucessor<sup>7</sup>.*

Um outro afirma:

*Existe uma rainha, está a substituir a irmã que era rainha no tempo colonial. A administração procurou saber se existe alguma família que tem alguma ligação com a antiga rainha, então procuramos e encontramos, falamos com a família, a família aceitou, então levou-se o nome dela para a administração, mas ainda não foi oficializada, mas o Bairro já conhece, ela está a trabalhar<sup>8</sup>.*

Os informantes demonstram claramente que o secretário do bairro é a pessoa principal que implementa o processo de colocação, na medida em que é ele quem identifica a família que possui alguma ligação com o antigo do régulo, indica o seu nome a administração como novo régulo depois de uma conversa com o mesmo e organiza a sua cerimónia de oficialização a nível do bairro.

Nem sempre obedece-se ao processo anteriormente referido, por vezes passa-se por um processo de eleição, nos casos em que existam duas ou mais pessoas que possuem alguma ligação com o antigo régulo a manifestarem o desejo de exercer o cargo, como afirma o nosso entrevistado:

*Para termos o régulo aqui no bairro, aquilo foi praticamente uma eleição, porque quando procuramos saber da existência de alguma família com ligação com o antigo régulo*

---

<sup>7</sup>Entrevista com secretário do bairro realizada no dia 20 de Março de 2015

<sup>8</sup>Entrevista com secretário do bairro realizada no dia 25 de Março de 2015

*encontramos duas pessoas, assim eram dois para ser régulo, então fizemos uma reunião, e foi nessa reunião que decidimos quem devia ser régulo, tivemos que votar, mas é da linhagem do último régulo, porque é filho da família dos Quisse, dos Zimpetos, depois de votarmos fomos apresentar o nome na administração<sup>9</sup>.*

Aqui está claro que o processo de colocação das autoridades tradicionais (régulos) é negociada através de diligências dos secretários dos bairros às famílias que possuem alguma ligação com o antigo régulo, não envolve a comunidade local como encontra-se plasmado no decreto 15/200 de 20 de Junho.

Quanto a este assunto Florêncio (2008: 381), lembra que em Moçambique o Estado e as suas administrações utilizam o mesmo processo da antiga administração colonial na medida em que, sempre que possível, o Estado intentava um processo, semelhante ao do Estado colonial, de manipulação e controlo desta instituição, tentando imiscuir-se nos mecanismos de sucessão, influenciando ou mesmo impondo elementos mais susceptíveis de um bom relacionamento com a FRELIMO e com o Estado.

RouveroyvanNieuwaal, citado por Florêncio (2005), chama atenção que desde o período colonial até hoje existem inúmeros relatos de casos em que os funcionários estatais tentam influenciar (ou mesmo decidir) quem serão reconhecidos e instituídos nos cargos das chefaturas. Na maioria dos casos, o Estado acaba por nomear alguém, um novo chefe cuja posição adquirida lhe permite convencer o Estado que poderia servir bem no papel.

Após ser definida a nova autoridade tradicional, é atribuída um fardamento pelo governo distrital, mas a sua atribuição não significa praticamente que sejam reconhecidos por lei, na medida em que pode-se verificar que o mesmo só poderá ser usado depois da sua oficialização, podendo assim ser possível encontrar dois grupos de autoridades tradicionais, os oficializados e não oficializados pelo governo distrital.

Os oficializados pelo governo distrital, são aquelas que depois de terem sido atribuídos o fardamento, são apresentados à toda população do bairro dentro de uma cerimónia organizada pelo secretário do bairro em coordenação com o governo distrital, em que cabe ao administrador proceder a apresentação do régulo como autoridade tradicional oficial do bairro, com direito a receber um honorário mensal, como dizia um dos secretários dos bairros:

---

<sup>9</sup>Entrevista com secretário do bairro realizada no dia 27 de Março de 2015

*Aqui existe um régulo, já tem fardamento, já foi oficializado pelo senhor administrador, ele tem direito a um subsídio mensal, ele trabalha muito, quando é chamado para as reuniões do bairro ele participa, mesmo quando temos alguns problemas ele ajuda-nos<sup>10</sup>.*

Os não oficializados são aqueles que apesar de estarem a exercer o cargo de autoridade tradicional e terem sido atribuídos algum fardamento ainda não foram oficialmente apresentados à população pelo administrador nem recebem nenhum valor monetário mensal, como ilustra uma das rainhas:

*Eu não estou satisfeita porque ainda não fui oficializada, fazem-me de maluca, porque ninguém sabe que sou rainha, os outros recebem, eu não recebo, até já tenho fardamento, agora dizem que sou rainha, sou rainha porque eles dizem que sou rainha, por isso outros sítios eunão vou<sup>11</sup>.*

Um outro participante:

*Eu não tenho muita coisa a dizer, porque comecei em 2004, mas também ainda não fui oficializado, só posso arranjar pessoas influentes no Bairro para darem-te a informação que desejas<sup>12</sup>.*

As afirmações acima revelam ainda a existência de mudanças no processo de colocação dos régulos, que culmina no final com a distinção de dois grupos de autoridades tradicionais por intermédio de diferenciação salarial, os oficializados e não oficializados, que revelam o grau de satisfação que cada grupo possui em relação a função que exerce.

Este princípio de diferenciação é bem explicado por Bourdieu (2008), ao considerar o capital económico e cultural como um dos principais princípios criadores de diferenciação social, pois considera que os agentes tendem a ter mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas.

Este sistema de diferenciação social tem razão da sua existência entre os régulos, pois Bourdieu (2008), enfatiza que, o sistema de separações diferenciais, define diferentes posições nos sistemas principais do espaço social, isto é, em suas práticas e nos bens que possuem.

---

<sup>10</sup>Entrevista com o secretário do bairro realizada no dia 25 de Março de 2015

<sup>11</sup> Entrevista com a rainha local realizada no dia 13 de Março de 2015

<sup>12</sup> Entrevista com régulo local realizada no dia 15 de Março de 2015

A formação de grupos oficializados e não oficializados, através de um processo de atribuição salarial entre os régulos, leva também a criação de categorias sociais (os dinâmicos e os desinteressados), na medida em que a categoria social consiste num agrupamento de indivíduos, constituído com base na existência de uma ou mais características (indicadores) comuns entre eles. Os indivíduos que compõem uma categoria não estabelecem entre si e no seu conjunto, qualquer tipo de contacto ou de comunicação, embora alguns deles possam conhecer-se e estabelecerem contacto entre si. (Cabral et al 2002: 49).

Snour (1990), realça que as diferenças sociais se cristalizam em categorias sociais, na medida em que estas estabelecem relações de dominação e subordinação, hierarquia entre superiores e inferiores, privilégios para uns e exclusões para outros (Snour 1990: 137-138).

Esta situação de criação de categorias por meio de diferenciação de direitos, é bem exemplificada por Meneses (2009), ao demonstrar que Portugal criou dentro das suas colónias dois grupos de habitantes, os indígenas e os cidadãos que contribuíram para a formação de categorias coloniais através de um regime muito preciso de direitos e obrigações que deram origem a vários tipos de classificação étnica dos colonizados, os quais deveriam ser localmente administrados por entidades denominadas, autoridades tradicionais ou gentílicas, criadas e reconhecidas pelo Estado colonial como representantes legítimos do mesmo.

### **5.3. O processo de interacção entre as autoridades tradicionais e secretários dos bairros**

Nesta fase do trabalho pretende-se demonstrar que as autoridades tradicionais apresentam uma dupla actuação no âmbito das suas actividades. A primeira é desenvolvida com os secretários dos bairros sob os termos da lei. A segunda é desenvolvida com exclusão dos secretários dos bairros com enfoque na tradição.

Assim sendo, as autoridades tradicionais são pessoas activas que actualmente devem trabalhar sob os termos da lei, sempre respeitando o regulamento imposto pelo governo central, e pelo governo distrital, trabalhando sempre em coordenação com os secretários dos bairros. Elas tornam-se presentes a nível dos bairros recorrendo a uma implementação conjunta de actividades com os secretários dos bairros como ilustram os nossos informantes:

*Os régulos hoje têm uma função diferente do tempo colonial, hoje nós trabalhamos apenas quando cai uma chuva muito forte ou quando tem cheias, ajudamos os secretários dos bairros a identificar as casas que tenham sido afectadas pelas chuvas, quando chega o tempo de vacinas aqui no Bairro nós é que somos os mobilizadores para chamar a população, informamos a importância das vacinas para a criança, conversamos com as mães para vacinar as suas crianças, ajudamos na distribuição de redes mosquiteiras para a prevenção da malária oferecidas pelo Ministério da Saúde, assim como na prevenção contra a cólera, somos nós que mobilizamos<sup>13</sup>.*

Outro informante:

*A pouca experiencia que adquiri nesses poucos meses que trabalhei com o régulo, eu procurei- lhe integrar, a final de contas ele é membro do conselho consultivo, então eu procurava-lhe integrar. Por exemplo, agora há actualização do senso da população aqui no Bairro, ele ajuda nesse trabalho através da planificação conjunta e realização conjunta. No ano passado, houve a disseminação da campanha agrícola na zona do rio Mulaúze para a produção de produtos hortícolas, então trabalhamos com eles no âmbito de mobilização e sensibilização. É possível harmonizar o processo de trabalho, ele tem o seu salário, eu tenho o meu salário, então o caminho está a andar<sup>14</sup>.*

Os discursos acima demonstram claramente que as autoridades tradicionais não se encontram activas durante todo período do ano, elas exercem actividades sazonais, na medida em que trabalham durante o período de algumas campanhas de instituições do Estado ou de calamidades naturais. Visualizam o modo pelo qual as autoridades tradicionais se fazem sentir ao nível dos bairros. Demonstra ainda que elas aparecem como agentes de sensibilização e mobilização das comunidades, pois são chamadas a ajudar as estruturas administrativas em casos de calamidades naturais, a participar nas campanhas de prevenção da cólera e da malária do ministério da saúde e nas campanhas da época agrícola.

Em relação a este facto (Goffman 2009:130), lembra-nos que as pessoas quando se encontram em situações sociais cooperam entre si como grupo de actores, de modo a garantir que as suas actividades continue e a manter certa definição da realidade.

---

<sup>13</sup>Entrevista com rainha local realizada no dia 8 de Abril de 2015

<sup>14</sup> Entrevista com secretário do bairro realizada no dia 25 de Março de 2015

O autor ressalva ainda, que esta é uma forma de representação, na medida em que constitui “toda actividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença continua diante de um grupo” (Goffman 2009:29).

Na mesma linha de pensamento Jodelet (2009), adverte que as representações sociais são elaboradas na interacção entre os sujeitos, particularmente nas elaborações negociadas e estabelecidas em comum pela comunicação verbal directa. Elas permitem chegar aos significados que os sujeitos atribuem de forma individual ou colectiva a um objecto localizado no seu seio social e material, examinar de forma minuciosa como é que são articulados os significados consoante a sensibilidade, o interesse, desejos, emoções e funcionamento.

Os discursos revelam ainda que existe um sentimento de interacção entre as autoridades tradicionais e as autoridades administrativas (secretários dos bairros), no que concerne a implementação conjunta de actividades sociais. Devido a este processo de interacção as autoridades tradicionais encontram algumas actividades que possam exercer para que se façam sentir a nível do bairro, ainda que não estejam relacionadas com o estatuto que representam. Como afirma Ferreira et al (1995), a interacção social não é apenas o modo como os indivíduos articulam funcionalmente os seus papéis pela exigência de uma actividade cooperativa, mas o modo como podem preservar a sua identidade (Ferreira et al 1995:306).

As autoridades tradicionais são consideradas estruturas que devem existir em todos os bairros caso não existam, porque são vistas como bibliotecas vivas que podem ser consultadas a qualquer momento da vida dos munícipes. Elas são importantes, porque quando se trata da história da zona, elas é que conhecem, sabem de cada detalhe e são as únicas pessoas que podem contar a história do bairro apesar de não fazerem parte do grupo executivo da secretaria do bairro como demonstra um dos nossos informantes:

*Quando o bairro nasceu, o governo não conseguia delimitar os limites do Bairro, tiveram que recorrer a mim para ajudar a mostrar os limites, até na construção da própria estrada havia muitos problemas tiveram que recorrer a mim<sup>15</sup>.*

Outro afirma:

---

<sup>15</sup>Entrevista com rainha local realizada no dia 8 de Abril de 2015

*Eles ajudam na resolução de problemas que nós como líderes administrativos não temos a capacidade de resolver, está na inteira responsabilidade deles resolverem, vou dar exemplo, o caso de desmaios da escola QuisseMavota, quem resolveu foram eles, recorda-se que no ano 2010 andavam a dizer que o problema dos desmaios não tinha nada a ver com a tradição, uma equipa multidisciplinar da saúde apresentou na voz da Doutora Lídia Gouveia, que era na altura médica psiquiatra e chefe do departamento de saúde mental no Ministério da Saúde, um relatório de forma pública que dizia, as quedas em massa de alunas devem-se ao medo, ansiedade generalizada e manifestações de pânico, não existindo problemas físicos das alunas, como anemia e gravidez, para depois passado alguns dias publicarem ainda de forma pública que o problema haveria de ser resolvido recorrendo a tradição, quer dizer que a tradição é que tinha o poder de resolver, aí só as autoridades tradicionais é que podem resolver porque nós os secretários não temos essa capacidade, não temos esse poder<sup>16</sup>.*

Outro afirma:

*Por exemplo quando queriam inaugurar a procuradoria, o Procurador veio ter comigo para falar com régulo para fazer a cerimónia do KuPalha porque ele é que faz, não há outra pessoa que pode fazer<sup>17</sup>.*

Outro afirma:

*No início da fundação do Bairro fazíamos sempre o kupalha<sup>18</sup>, porque era para limparmos o Bairro, mas agora é apenas uma vez a outra, quando aparece alguém que tem um estabelecimento comercial onde sabemos que foram enterrados restos mortais, então aí fazemos o trabalho, nós é que fazemos, não existe outra pessoa para fazer<sup>19</sup>.*

Os depoimentos acima demonstram que as autoridades tradicionais tornam-se pessoas extremamente importantes, para esclarecerem certos aspectos que não são do pleno domínio das estruturas administrativas locais, como a preservação da história do Bairro, e de tudo aquilo que pode estar relacionado com o passado. São estruturas que são mantidas muito próximas das estruturas administrativas, pois podem desempenhar algum papel no decorrer do processo de governação, caso haja algumas eventualidades que possam ocorrer a nível do

---

<sup>16</sup>Entrevista com secretário do bairro realizada no dia 10 de Abril de 2015

<sup>17</sup> Entrevista com secretário do bairro realizada no dia 12 de Abril de 2015

<sup>18</sup> Ritual dedicado aos ancestrais, feito com pequenas oferendas e comunicação, ou aviso aos espíritos sobre realização de certos empreendimentos (Loforte 2000: 23)

<sup>19</sup> Entrevista com régulo local realizada no dia 18 de Abril de 2015

bairro. Vê-se claramente que as autoridades tradicionais ainda possuem um poder sobre as populações assim como sobre as elites políticas. O poder existe, mas o facto é que as autoridades tradicionais exercem uma forma de poder implícito que o poder legal não consegue alcançar.

As declarações acima distanciam-se por um lado da percepção de Jossias (2004: 13), ao considerar que, cabe um lugar decorativo, uma actuação silenciosa e um papel secundário se não terciário para as autoridades tradicionais.

Schutzer (2012), também contrariando Jossias (2004), lembra que a força do poder tradicional passou a residir no fato de tolerar as mudanças progressivas impostas pelas relações entre as práticas tradicionais e as modernas, que emancipavam uns e davam prerrogativas a outros, dentro de um quadro simbolicamente coerente. É aí que as sociedades tradicionais de linhagens, gerindo o antigo e o novo, sem a ocorrência de uma ruptura na sua estrutura organizacional, sobreviveram às mudanças políticas impostas pelos reinos africanos, desde a antiguidade, aos Estados engendrados pelos europeus século no século XIX.

Na mesma linha de pensamento Gomes citado por Schutzer (2012: 133), realça que o poder tradicional nas sociedades onde ele se manifesta muda suas representações conforme as mudanças sociais vão ocorrendo. O importante neste ponto é observar que o poder manifesta-se de forma diferente nas sociedades com pouca ou nenhuma desigualdade e nas sociedades desiguais e é justamente no limite da desconcentração/descentralização que temos o ponto de fricção dos dois poderes no nível das comunidades.

Por outro lado as declarações vão ao encontro da perspectiva de Lundin (1995), e Cuehela (1996), os quais colocam ênfase para o aspecto simbólico do papel dos chefes tradicionais, tanto como para o aspecto participativo, consultivo ou decisivo. Assim como aproximam-se a perspectiva de Cammacketal (2009), ao considerar as TownChief's de Malawi, como estruturas de ordem política híbrida, mistura de forma de governação tradicional e moderna, encontrado dentro de área urbana e peri-urbanas sustentadas por grupos específicos de indivíduos para preencher um vácuo de governação local e abordar problemas decorrentes da urbanização rápida relativamente não planejada.

## VI. CAPÍTULO

### 6. Considerações finais

O presente trabalho permitiu concluir que dentro do Distrito Municipal KaMubukwana as autoridades tradicionais representam-se por meio de dois grupos, os oficializados pelo senhor administrador, e os não oficializados que tornam-se presentes por intermédio de um sistema de interacção social, caracterizado por uma implementação conjunta das actividades sociais entre elas e os secretários dos bairros.

É devido a este processo de interacção que as autoridades tradicionais encontram algumas actividades que possam exercer para que se façam sentir a nível do bairro, ainda que não estejam relacionadas com o estatuto que representam. No decorrer destas actividades assumem papéis de mobilizadores e sensibilizadores da população.

A existência das autoridades tradicionais ao nível do bairro não depende principalmente das comunidades de onde elas são provenientes, mas através da sua identificação pelo secretário do bairro, seguida da sua oficialização a população pelo governo distrital numa reunião popular.

Os dados demonstram ainda que, as autoridades tradicionais sofreram uma redução de seu poder interventivo na comunidade do ponto de vista do poder legal, mas sob ponto de vista do poder da tradição, elas continuam a possuir maior importância e a ocupar um lugar principal para resolver alguns aspectos que são necessários recorrer ao passado e a tradição para a sua resolução.

Todavia procurando compreender como é que se representam as autoridades tradicionais no espaço regulado pelos órgãos do poder legal autárquico, os dados aqui apresentados podem não reflectir o que acontece em outros Distritos Urbanos. Contudo este estudo serve como um dos mecanismos para compreender o grau de satisfação que as estruturas tradicionais apresentam em relação a função que exercem no contexto urbano, o processo de sua criação e o lugar que elas ocupam.

## VII. CAPÍTULO

### 7. Referências bibliográficas

Abrahamsson e Nilson 1995. *Ordem Mundial futura Governação nacional em Moçambique*. Maputo, CEEI-ISRI. 1-112.

Balandier, Georges. 1987. *Antropologia política*. Lisboa: Presença. 59-116.

Bourdieu, Pierre 2008. *Razões Práticas, Sobre a Teoria da Acção*. 9.º.ed. Papyrus. 7-217.

Boletim da República de Moçambique. 2000. Suplemento. Maputo: INM.

Cuehela, Ambrósio 1996. *Autoridade tradicional em Moçambique*. Maputo: Ministério de Administração Estatal e African-American Institute (AAI).

Cabral, Alcinda et al 2002. *Dicionários temáticos*. Portugal. Porto editora. 5-50.

Cammack, Diana et al 2009. *Town Chiefs' in Malawi*. 3.º.ed.

Dava, Fernando et al 2003. *A participação das autoridades comunitárias na governação local*. Maputo: ARPAC- Instituto de investigação sócio-cultural: 1- 62.

\_\_\_\_\_ *Reconhecimento e legitimação das autoridades comunitárias á luz do decreto 15/2000*. Maputo: ARPAC- Instituto de investigação sócio-cultural: 1-49.

Ferreira, J,M, Carvalho et al 1995. *Sociologia*. Portugal. Mcgrau-Hill. 296-344.

Florêncio, Fernando 2008. “ Autoridades tradicionais vaNdau de Moçambique: O regresso do indirect rule ou uma espécie de neo- indirect rule?” *Análise social*, XIII (2º): 369-391.

\_\_\_\_\_ 2005. *Ao encontro dos Mambos: Autoridades tradicionais vaNdau e Estado em Moçambique*. Lisboa: imprensa das ciências sociais: 2-150

Fisher, G. N. 1997. *A dinâmica social: Violência, poder, mudança*. Lisboa: Planeta editora/ISPA, p. 88-143.

Forquilha, Salvador Cadete 2009. “ O paradoxo das articulações dos órgãos locais do Estado com as autoridades comunitárias em Moçambique: O discurso sobre a descentralização à conquista dos espaços políticos a nível local “ in *Cadernos de estudos africanos* 16/17: 1-17.

- Geffray, Christian 1991. *A causa das armas. Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto: edições Afrontamento, p. 5-94.
- Gonçalves, Euclides. 2005. "Finding the chiefs: Political Decentralisation and Traditional Authority in Mocumbi, Southern Mozambique" in *Africa Insight* 35 (3):64-70.
- Goffman Erving. In Scott John. *50 grandes sociólogos contemporâneos*. Context. 2009. 9-211.
- Isaacman, Allen 1985. "Chiefs, rural differentiation and peasant protest: The Mozambican forced cotton regime 1938 – 1961" in *African economic history* 14: 14 – 57.
- Jossias, E 2004. *Autoridades locais em Moçambique: dinâmicas e processos de sua articulação* url <http://www.wces.uc.pt/La2004> (consultado 20/7/2014).
- Jodelet, Denise 2009. "O Movimento de retorno ao sujeito e abordagem das representações sociais" *Sociedade e Estado, Brasília*, v. 24 n 3. 679 – 712.
- Loforte, Ana 2000. *Género e poder: Entre os Tsongas de Moçambique*. Maputo, Promedia edições. 9-230.
- Lourenço, V, A 2007. "Entre Estado e autoridades tradicionais em Moçambique: Velhas aprórias ou novas possibilidades políticas?" in *Revista lusófona de ciência política e relações internacionais*. 5/6, 195-207.
- Lundin, Iraê 1995. *Autoridade e poder tradicional em Moçambique*. Maputo. 10-151.
- Maia, L, R 2002. *Dicionário de Sociologia: Dicionário temáticos*. Portugal, Porto editora. 30-50.
- Marconi e Lakatos 2007. *Metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo, editora Atlas. 268-287.
- Medeiros, Eduardo. A representação da mulher nas estruturas do poder tradicional: o exemplo das sociedades do norte de Moçambique. In *Seminário sobre comunicação social em apoio aos programas de desenvolvimento*, 1984, Maputo, Departamento de Antropologia e Arqueologia da UEM. Pp 2-10.
- Meneses, Maria Paula 2009. "Poderes, direitos e cidadania: O retorno das autoridades tradicionais em Moçambique" in *revista crítica das ciências sociais* nº 87: 9-42.

Meneses, etal. 2003. *As autoridades tradicionais no contexto do pluralismo jurídico*. In Santos, B, Sousa. *Conflito e transformação social: Uma paisagem das justiças em Moçambique*. 2ª ed. Edições Afrontamento, 2003. 5-623.

Mondlane, Eduardo 1995. *Lutar por Moçambique*. Edição moçambicana, 9 – 199.

Minayo-Sousa, Maria e Sanches, Odécio. 1993. “Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade” in *Caderno de Saúde Pública*. 3: 239-248.

Rocher Guy 1999. *Sociologia geral: A organização social*. Lisboa. 5.ed. editorial Presença. 5-225.

Snour Robert Henry 1990. *Classes, regimes, ideologias*. São Paulo. 2.ed. editora Ática. 120-140.

Souto, Amélia Neves 1996. *Guia bibliográfico para o estudante de História de Moçambique*. Coleção *nosso chão* n. 6. 2-354.

Sctutzer, Herbert 2012. “Os Instrumentos Estatais e a geopolítica das Linhagens na África Subsaariana: Poder legal versus Poder tradicional-caso da Guiné-Conakry”. *Conexão Política*. 115-141.

Turner, H, J 1999. *Sociologia, Conceitos e Aplicações*. São Paulo, MakronBooks, 21-71.